

O PROCESSO DE CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO TURÍSTICO BAIANO DE 2004 A 2017

GT 1. Desenvolvimento Territorial, Economia Rural, do Turismo e do Meio Ambiente

Aline Conceição Souza¹
Maurício Aguiar Serra²

RESUMO

O estudo analisa as alterações territoriais voltados para o turismo na Bahia através do ideário de regional do turismo do governo federal. Ressalta-se que, o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), lançado em 2004 pelo recém-criado Ministério do Turismo, visava a descentralização da oferta turística no Brasil, que estava centrada em algumas localidades específicas. A construção do Mapa do Turismo Brasileiro, um dos seus principais instrumentos, definiu e, principalmente, contemplou novas regiões turísticas no país, incluindo as da Bahia, que está localizada na região Nordeste, conta com 417 municípios (destes 150 são considerados turísticos) e um extenso litoral, o que contribuiu para a expansão da atividade turística. A pesquisa caracteriza-se como exploratória e utiliza o recorte histórico da regionalização do turismo na Bahia, com a identificação das mudanças territoriais através da construção dos mapas no QGIS. Este artigo mostra: um aumento de aproximadamente 61% do número de municípios turísticos no decorrer do período; o reduzido percentual, cerca de 36% em 2017, de municípios considerados turísticos, apesar desse Estado possuir uma rica diversidade cultural e de recursos naturais; a redução, entre 2013 e 2016, de 24% do número de municípios turísticos; a classificação de praticamente todo o litoral como turístico; e a interiorização, de forma lenta e esparsa, do turismo na Bahia. Este artigo conclui ressaltando que o fortalecimento do aparato político-institucional é de vital importância para o desenvolvimento da atividade turística nos municípios baianos.

Palavras-chave: Regionalização do turismo. Zonas turísticas. Municípios turísticos.

1 INTRODUÇÃO

A atividade turística apresenta uma relação estreita com a organização e aproveitamento do território. Segundo Sousa (2011), no processo de qualificação da localidade para a atividade, o território é reordenado através da adequação de partes eleitas a um uso turístico, criando um novo território, o “território turístico”.

¹ Economista, Mestra em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Doutoranda em Desenvolvimento Econômico (UNICAMP), professora Assistente do Departamento de Ciências Econômicas (DCEC)/UESC. E-mail:acsouza@uesc.br.

² Arquiteto, Mestre em Engenharia de Produção, Doutorado em *Department of Social Policy and Administration*.

Neste processo de legitimação desse novo território, faz-se necessário entender as relações e inter-relações entre os principais atores sociais envolvidos na atividade: turistas, empresas turísticas, governo (em todas as esferas), instituições de ensino (com a difusão de pesquisas) e comunidade anfitriã (GOELDNER; RITCHIE, 2009). Assim, constata-se que, no processo de ordenação do território turístico, através dos programas de regionalização do turismo, as políticas públicas e seus instrumentos são importantes para a análise.

No Brasil, a partir de 1990, o governo federal lança o Plano Nacional de Turismo, buscando promover o desenvolvimento regional com a formação de polos de turismo integrado, sustentando-se em cinco grandes estratégias: a implantação de infraestrutura básica e turística, a capacitação de recursos humanos, a modernização da legislação, a descentralização da gestão e a promoção do turismo no país e no exterior.

Os principais programas desenvolvidos foram: Programa para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), Programa Nacional de Ecoturismo, Programa de Formação Profissional no Setor Turístico e o Plano Anual de Publicidade e Promoção (DIAS, 2003). Destaca-se dois destes, pois teve influencia no processo de regionalização na Bahia, o PRODETUR-NE, direcionado para a implantação de infraestrutura básica e turística (dividido em duas fases, de 1994 a 2004 e de 2005 a 2020) e o PNMT, centrado na identificação de municípios prioritários para o desenvolvimento do turismo (ocorreu de 1994 a 2003).

A gênese do processo de regionalização está no Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), que segundo Virgínio e Ferreira (2013) cria as bases para um discurso que dissemina informações sobre planejamento, governança e cooperação institucional, tendo como foco o município.

Em 2003, foi criado o Ministério do Turismo, com uma proposta de gestão envolvendo três pontos principais: descentralização, regionalização e processo de informação. E, em 2004, foi lançado o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), com uma abordagem territorial e com o objetivo de descentralizar a oferta turística brasileira, localizada predominantemente no litoral, propiciando a inclusão de novos destinos nos roteiros comercializados.

O Programa de Regionalização do Turismo (PRT) surge com ideia diferente do PNMT, pois não buscou trabalhar apenas com a unidade município, mas concentrou esforços

para trabalhar com o desenvolvimento de regiões e passa a ter como referência as informações das instâncias de governança regional (BRASIL, 2007; VIRGÍNIO; FERREIRA, 2013).

Com base nisso, constatou-se que a integração de municípios em uma região turística seria o melhor formato, pois significava olhar o território além das suas características históricas, ambientais e culturais locais, e assim ampliar a visão para perceber essas características inter-relacionadas e interdependentes com outras localidades (BRASIL, 2007).

As estratégias de implementação do PRT foram (BRASIL, 2013b): o mapeamento, com identificação de regiões e municípios turísticos; o diagnóstico, para identificar o estágio de desenvolvimento turístico das regiões e municípios; a categorização, para subsidiar as decisões na gestão pública, orientando a elaboração e implementação de políticas específicas para cada categoria; a formação (processo de capacitação); o fomento, com o apoio ao desenvolvimento das regiões e municípios; a comunicação, que fortalece o processo de informação; e o monitoramento, avaliando constantemente o PRT.

Tem-se assim, o “Mapa do Turismo Brasileiro” como um dos instrumentos do PRT, com foco na gestão, estruturação e produção do turismo, de forma regionalizada e descentralizada (BRASIL, 2013a). Cabe ressaltar que, na definição das regiões turísticas, o Ministério do Turismo utilizou como critérios de caracterização: a oferta turística; as características similares ou complementares que identifiquem os municípios, como identidade histórica, cultural, econômica ou geográfica; ser limitrofes (BRASIL, 2013a).

Neste sentido, o presente trabalho tem o intuito de analisar as alterações territoriais voltados para o turismo na Bahia através do ideário de regionalização do turismo.

2 TURISMO E A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO

A atividade turística, caracterizada por uma combinação complexa, envolvendo atividades e serviços em experiências de viagens, relacionando-se a base cultural, as heranças históricas, a cartografia natural, as relações sociais de hospitalidade (transporte, acomodações, alimentos e bebidas, entretenimento) e a troca de informações interculturais (SIMÕES, 2009; GOELDNER; RITCHIE, 2009), com dois planos inter-relacionados, os mercados de origem e os espaços de destino. Segundo Silva (2004, p. 310), “os primeiros condicionam o volume e as características dos fluxos turísticos que emitem, e os segundos influenciam o modelo de desenvolvimento turístico”.

Cabe então, caracterizar a noção de espaço e tempo, principalmente na visão de Milton Santos, que considera estes como elementos essenciais para entender a evolução da sociedade. Para Santos (2014, p. 63), “[...] seria impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência como tempo histórico; é igualmente impossível imaginar que a sociedade possa realizar-se sem o espaço ou fora dele”.

Sasaki (2006, p. 34) acrescenta que, não podem ser discutidos isoladamente, pois “[...] são criações da dinâmica social que perpassa sob todos os domínios da vida humana”, sendo assim socialmente produzido. Segundo Sasaki (2006, p. 34), “[...] são construções enraizadas na materialidade do mundo e são o resultado das distintas percepções de como as pessoas enxergam, constroem e vivem o mundo material”. Assim, “[...] o espaço é resultante de interações geográficas, biológicas, culturais e sociais que conferem uma história em cada ponto observado no tempo” (SASAKI, 2006, p. 36).

Sendo assim, para Santos (2014), modo de produção, formação social e espaço são categorias interdependentes. Segundo o autor, “[...] todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social” (SANTOS, 2014, p. 28). O autor observa que, “os modos de produção escrevem a História no tempo” (SANTOS, 2014, p. 29), uma história da sucessão das formas criadas a seu serviço; enquanto a formação social escreve a História no espaço, caracterizada pela “[...] sucessão de modos de produção, da sua complexidade sobre o ‘território espacial [...]’” (SANTOS, 2014, p. 29).

Santos (2014) ressalta que, a base territorial historicamente determinada concretiza os modos de produção, isto é, as formas espaciais apresentam-se como uma linguagem dos modos de produção, reforçando a especificidade dos lugares. O autor acrescenta que, “[...] as diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. O ‘valor’ de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam” (SANTOS, 2014, p. 28); principalmente ao se pensar a atividade turística.

A formação social é uma estrutura técnico-produtiva (com diferentes formas técnicas e organizacionais) expressa geograficamente por uma certa distribuição da atividade de produção, que não pode ser concebida sem a noção de espaço, pois “a evolução da formação social está condicionada pela organização do espaço, isto é, pelos dados que dependem

diretamente da formação social atual, mas também da formação econômica e social permanentes” (SANTOS, 2014, p. 32).

Sendo assim, Santos (2014; 2017) ressalta que o espaço não é uma simples tela de fundo inerte e neutro, mas o teatro de fluxos com diferentes níveis, intensidades e orientações; é, assim, um conjunto indissociável de sistemas de objetos (naturais ou fabricados) e de sistemas de ações, e sua definição varia segundo às épocas, ou seja, com a natureza dos objetos e das ações presentes em cada momento histórico, isto é, “a cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente” (SANTOS, 2014, p. 146).

Neste contexto, os espaços de destino turístico apresentam-se como espaço de produção e consumo ao mesmo tempo, ou seja, para “[...] consumir produtos e serviços turísticos é necessário que haja, obrigatoriamente, um deslocamento (CRUZ; SOARES, 2011, p.20). E, a especialização turística é obtida através das relações de complementaridade e concorrência com outros setores produtivos (SILVA, 2004), pois nesses espaços de destino, a atividade turística não é a única e segundo o autor, a oferta turística compõe-se de uma diversidade de componentes (vias de circulação, meios de hospedagem, alimentação, etc.) que são dependentes de uma pluralidade de agentes.

2.1. Regiões turísticas

Machado e Tomazzoni (2011) observam que, uma região turística deve ser percebida como espaço das próprias experiências na relação da cultura local com o território e com a paisagem, com grande relevância para a participação da comunidade local no processo de planejamento e execução. Neste sentido, Balbim e Contel (2013) ressaltam que, a definição de região guarda uma relação direta com o aspecto sensível e visível, citado anteriormente, a paisagem. E, disto deriva o seu caráter mais empírico da análise.

Santos (2013, p. 32) observa que, “[...] o ato de regionalizar envolve relações de classe, modos de vida, forças políticas locais e conexões em que, muitas vezes, os poderes centrais, com suas políticas [...], não percebem que os lugares existem antes do ato de agregá-los”.

Assim, uma região caracteriza-se por um conjunto geográfico e socioeconômico diferenciado, complexo, polarizado, orgânico e integrado (SANTOS, 2013). Silva (2004)

específica região turística como uma unidade territorial básica do espaço turístico, que pode integrar-se com outras unidades territoriais diferenciadas (complexos turísticos integrados e espaços de destino turístico), compartilhando uma determinada imagem turística.

Até meados dos anos 1950, o conceito de região trabalhado era o de “regiões homogêneas”, que estava relacionado a uniformidade espacial segundo critérios selecionados, buscando assim o agrupamento de acordo com características específicas do espaço. O conceito estava mais relacionado a uma realidade pouco urbanizada (BALBIM; CONTEL, 2013).

A partir de meados da década de 1950, as regiões passaram a ser caracterizadas como “regiões funcionais”, passando a ser privilegiadas as relações e os fluxos (de pessoas, bens, mercadorias, informações) entre as cidades e suas respectivas áreas de influência (elege-se o mercado como elemento central). São parcelas dos territórios que possuem uma coerência funcional mais intensa (BALBIM; CONTEL, 2013).

Neste contexto, Balbim e Contel (2013), Matteo et al. (2013) e Silva (2013) chamam a atenção para o território, que caracteriza-se pelas dinâmicas socioespaciais construídas e marcadas pela vivência social, pela percepção de pertencimento, pelas características físicas-estruturais e valores, por construções sociais e históricas, sendo assim um lugar real, espaço vivido, formado por relações complexas entre os diversos atores sociais e destes com o seu meio, estabelecendo elementos de identidade aos sujeitos que nele habitam.

O território emerge como uma unidade de referência para atuação do Estado, onde a gestão territorial passa a ser observada como um instrumento vivo e participativo das agendas públicas, buscando contemplar as distintas visões do governo e da sociedade (MATTEO et al., 2013). Balbim e Contel (2013, p. 31) entendem que o ordenamento territorial seja um “[...] mecanismo político que pode assegurar as formas de coesão e relações entre lugares e territórios, representados e abrigados em regiões [...]”.

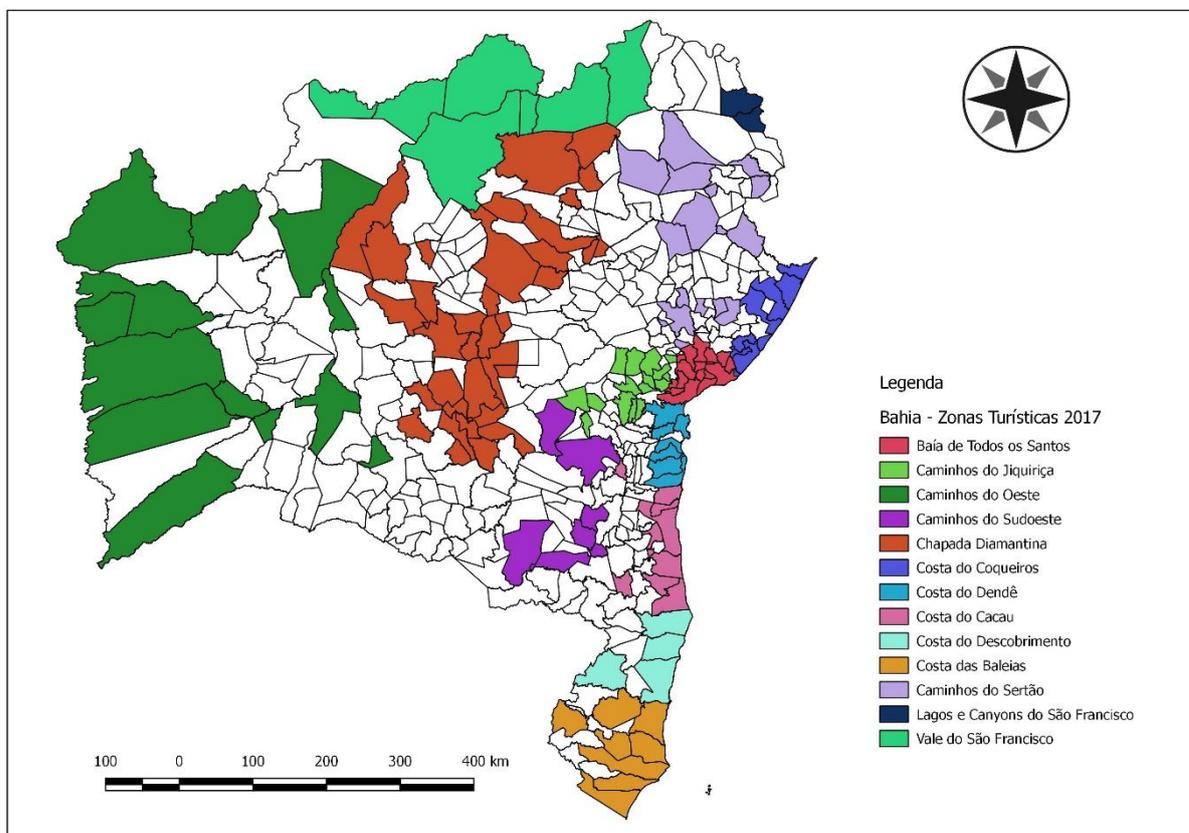
Segundo Beni (2006, p. 125), “[...] a regionalização turística trata do espaço turístico de maneira dinâmica e flexível [...]”. O autor acrescenta que, “os efeitos positivos do desenvolvimento regional e endógeno dependem da incorporação do território socialmente organizado, da capacidade das populações locais de agir com criatividade a partir da produção do conhecimento, e das inovações geradas pelo seu tecido produtivo” (BENI, 2006, p. 62).

3 METODOLOGIA

O estado da Bahia, localizado na Região Nordeste do país, conta com 417 municípios, população de 14.016.906 habitantes, extensão de 564.732,450 km² e densidade demográfica de 24,82 hab/km² (IBGE, 2010).

Com relação às regiões turísticas, em 2017, o estado da Bahia contava com 13 zonas turísticas, sendo seis em regiões litorâneas e sete em regiões não litorâneas, em 150 municípios (Figura 1).

Figura 1. Regiões Turísticas do estado da Bahia, 2017



Fonte: Elaborado com base em Brasil (2017).

Quanto aos procedimentos metodológicos, caracteriza-se o presente estudo como uma pesquisa exploratória, que utiliza um recorte histórico da regionalização do turismo na Bahia, de 2004 a 2017, tendo como base o Mapa de Turismo Brasileiro do Ministério do Turismo.

Sendo assim, a presente pesquisa seguiu duas etapas:

- i. revisão de literatura, com a busca de material bibliográfico para a construção da contextualização teórica (paralelo entre turismo e regionalização) e da caracterização do processo de regionalização do turismo na Bahia; e
- ii. identificação das alterações territoriais, com a construção dos mapas no QGIS (Sistema de Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000) e gráficos no Excel, utilizando-se da pesquisa documental, como base os dados do Mapa de Turismo Brasileiro de 2004, 2006, 2009, 2016 e 2017, elaborados pelo Ministério do Turismo.

4 A REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NA BAHIA

A atividade turística no estado da Bahia, até 1970, era incipiente, de baixo desempenho econômico e estava centrada na capital do estado, a cidade de Salvador (GAUDENZI, 2001). Havia uma carência de infraestrutura e de mão de obra especializada, e ainda contavam com uma rede hoteleira incipiente, principalmente fora da região metropolitana de Salvador (MENDONÇA JÚNIOR, 2001).

Em 1970, começa-se a planejar o turismo no Recôncavo Baiano, região em torno da Baía de Todos os Santos, o que coaduna com a instalação do Complexo Petroquímico, em Camaçari (GAUDENZI, 2001; MENDONÇA JÚNIOR, 2001; BAHIA, 2011).

Em 1990 novos espaços turísticos no interior do estado foram constituídos, formando-se assim as primeiras zonas turísticas. Contou com a implementação do PRODETUR-NE e do desenho de uma nova geografia turística do estado, pautado no PNMT (MENDONÇA JÚNIOR, 2001), que foi dividido em sete áreas turísticas, com municípios agrupados na: Baía de Todos os Santos, Chapada Diamantina, Costa das Baleias, Costa do Cacau, Costa dos Coqueiros, Costa do Dendê e Costa do Descobrimento (GAUDENZI, 2001). Das sete áreas, apenas uma, a Chapada Diamantina não se encontra no litoral do estado.

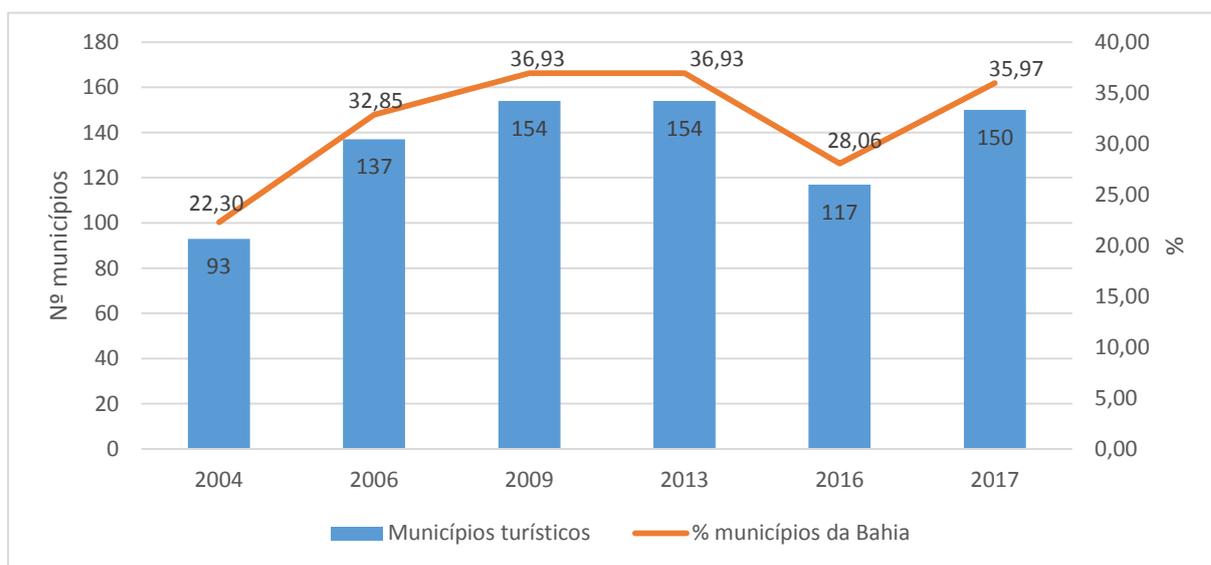
Assim, até 2003, o governo estadual foi protagonista da atividade turística, com a iniciativa de conceber os planos estratégicos, apoiar às iniciativas empresariais ou ainda assumir atribuições que seriam do setor empresarial, principalmente na área de hospedagem.

Em 2004, pautado no Mapa de Regionalização do Turismo, têm-se 93 municípios considerados turísticos, em 10 zonas turísticas (Baía de Todos os Santos, Caminhos do Jiquiriça, Caminhos do Oeste, Chapada Diamantina, Costa das Baleias, Costa do Cacau,

Costa do Coqueiros, Costa do Dendê, Costa do Descobrimento e Polo Lagos do São Francisco), o que correspondia a 22,30% dos municípios baianos (Figura 2).

Esse número aumenta 47,31% em 2006, representando 32,85% dos municípios baianos, e conta com o surgimento da zona Caminhos do Sertão. Em 2009, observa-se um crescimento do número de zonas turísticas (surge o Caminhos do Sudoeste e há a divisão do Polo Lago do São Francisco) e, conseqüentemente, a elevação do número de municípios (+12,41%), chegando a representar 36,93% dos municípios. Em 2013, o número permanece o mesmo e em 2016, com os novos parâmetros colocados pelo Ministério do Turismo, reduz em 24,02% o número de municípios. Na atualização de 2017, alguns desses municípios excluídos retornaram. Assim, dos 52 municípios que ingressaram no mapa de 2017, 51,92% retornaram e 48,08% eram realmente novos na configuração do Mapa de Turismo Brasileiro.

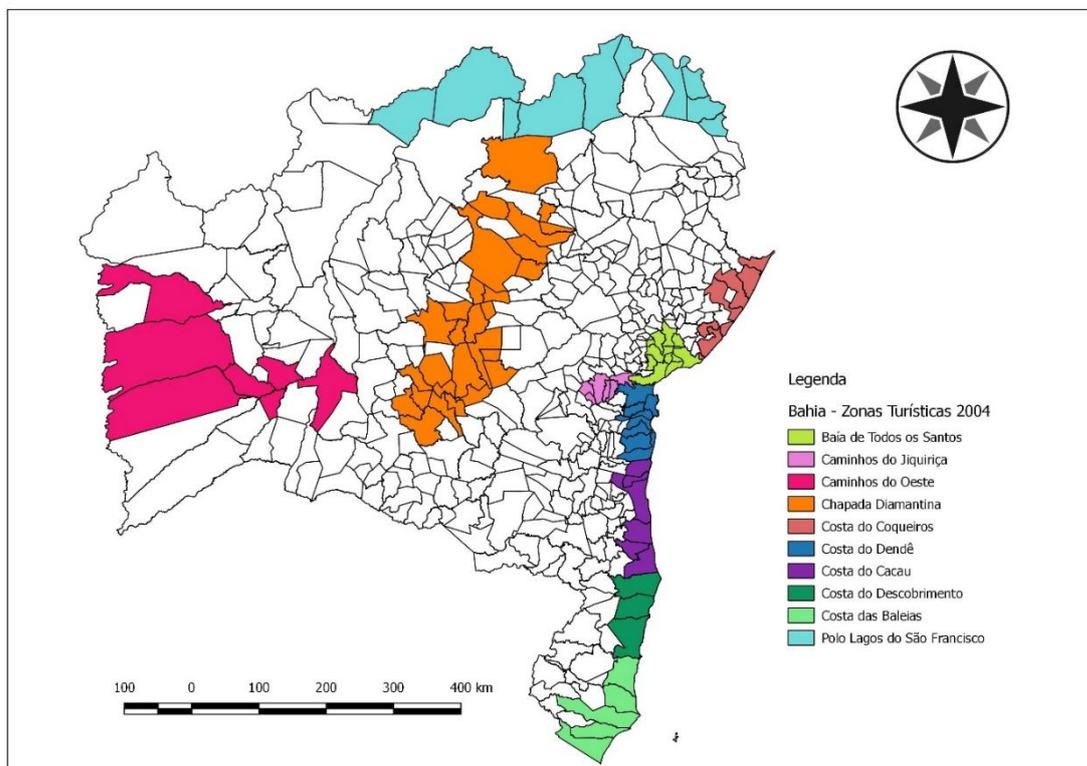
Figura 2 - Número de municípios turísticos e percentual de municípios da Bahia, de 2004 a 2017



Fonte: Elaborado com base no Ministério do Turismo (Brasil, 2004; 2006; 2009; 2013a; 2016, 2017).

Detalhando os Mapas de Turismo Brasileiro observa-se que, o primeiro, em 2004, mostra, conforme Figura 3, uma distribuição territorial em seis zonas turísticas litorâneas (percebe-se o litoral todo caracterizado como “território turístico”) e quatro zonas no interior do estado (sendo a Chapada Diamantina a mais antiga e o Caminhos do Jiquiriça gradado entre a Baía de Todos os Santos e a Costa do Dendê).

Figura 3 - Municípios turísticos da Bahia, em 2004

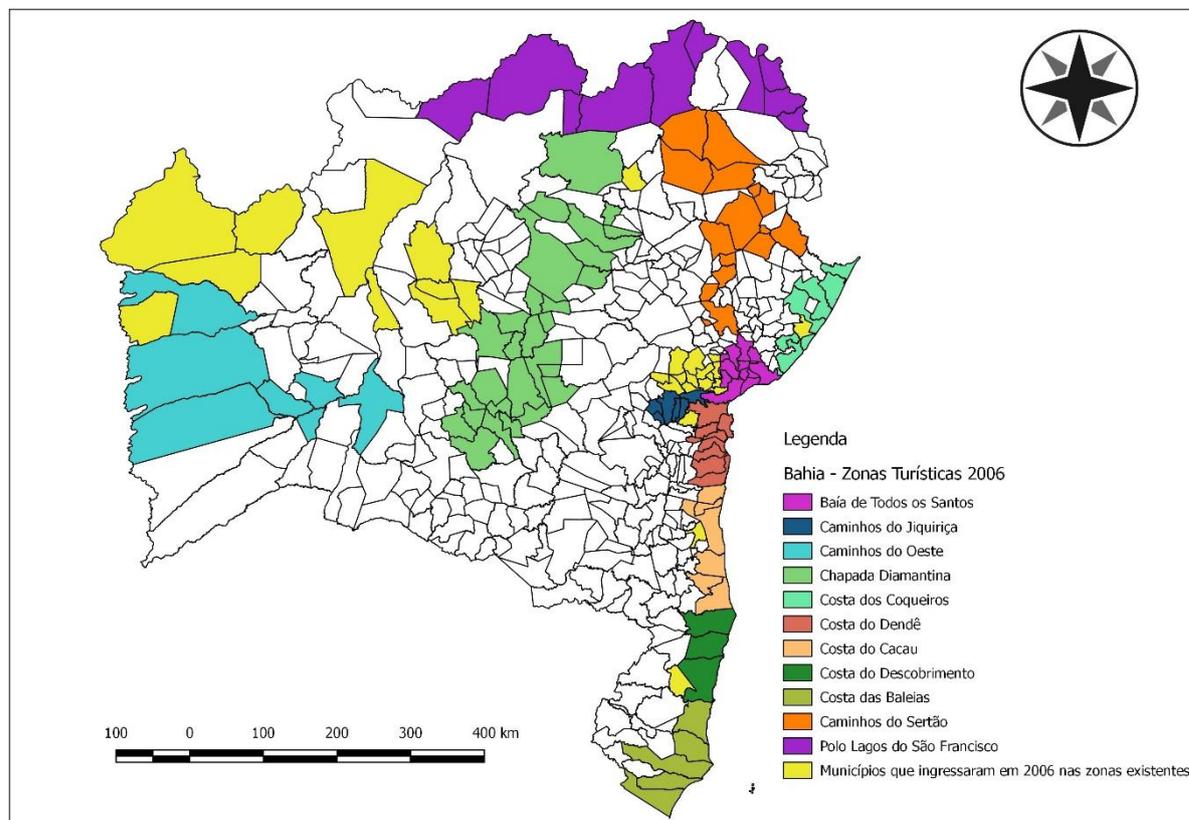


Fonte: Elaborado com base em Brasil (2004).

Neste contexto, em 2006, conforme já demonstrado, elevou-se o número de municípios, tendo quatro blocos de inclusão distintos (Figura 4): i. aproximadamente 34% foram para a formação da zona Caminhos do Sertão, com 15 municípios; ii. no leste, aparecem cerca 27% dos municípios na zona denominada Caminhos do Jiquiriçá; iii. no oeste, aproximadamente 14% foram incluídos na zona Caminhos do Oeste, mas observa-se o aparecimento de dois municípios afastados: Barra e Ibotirama; e iv. cerca 11% dos municípios foram para a formação da Chapada Diamantina, que também apresenta dois municípios afastados: Campo Formoso (presente desde 2004) e Senhor do Bonfim.

Neste período, novas estruturas foram criadas no estado da Bahia, de forma a contribuir com o desenvolvimento da atividade turística, como a Secretaria de Turismo do Estado da Bahia – SETUR, que foi criada pela Lei nº 10.549, de 28 de dezembro de 2006 (BAHIA, 2006), quando foi separada da Secretaria de Cultura, com a finalidade de formular políticas públicas e reduzir as desigualdades sociais e regionais, abrangendo as três esferas do governo, o setor privado, o terceiro setor e as comunidades receptoras.

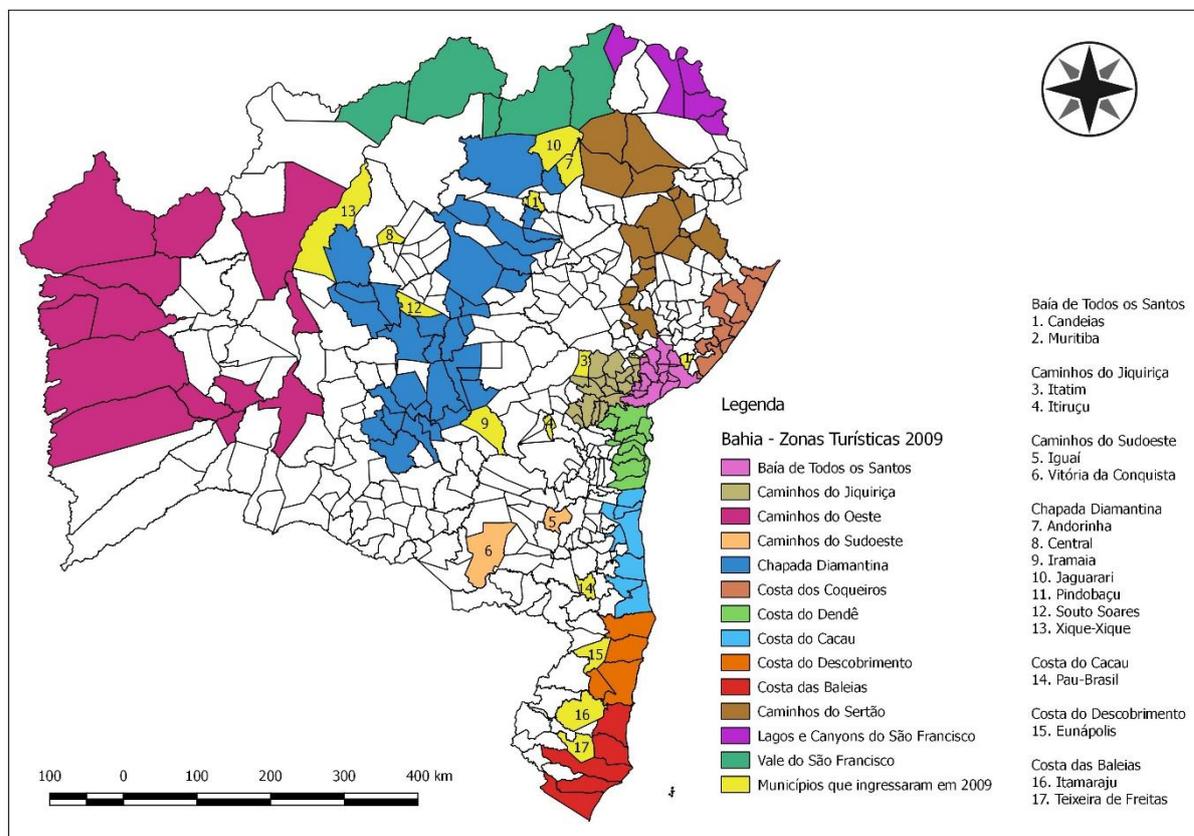
Figura 4. Municípios turísticos da Bahia, em 2006



Fonte: Elaborado com base em Brasil (2006).

Em 2009, mais 17 municípios tornam-se turísticos na Bahia (Figura 5). Nesta nova configuração parece não haver preocupação com a continuidade da formação do território, conforme previa a caracterização de região turística do governo federal. Destes destaca-se: i. a formação do Caminhos do Sudoeste, com os municípios Vitória da Conquista e Iguai (municípios 6 e 5), municípios isolados das outras zonas e entre si; ii. o município de Itiruçu (4), afastado dos outros municípios da Zona Caminhos do Jiquiriçá; iii. o município de Pau-Brasil (14), afastado dos outros municípios da Costa do Cacau; e iv. a situação diferenciada do município de Xique-Xique (13), pertencente a Chapada Diamantina, mas que pode ser confundido como pertencente a zona Caminhos do Oeste.

Figura 5 - Municípios turísticos da Bahia, em 2009



Fonte: Elaborado com base em Brasil (2009).

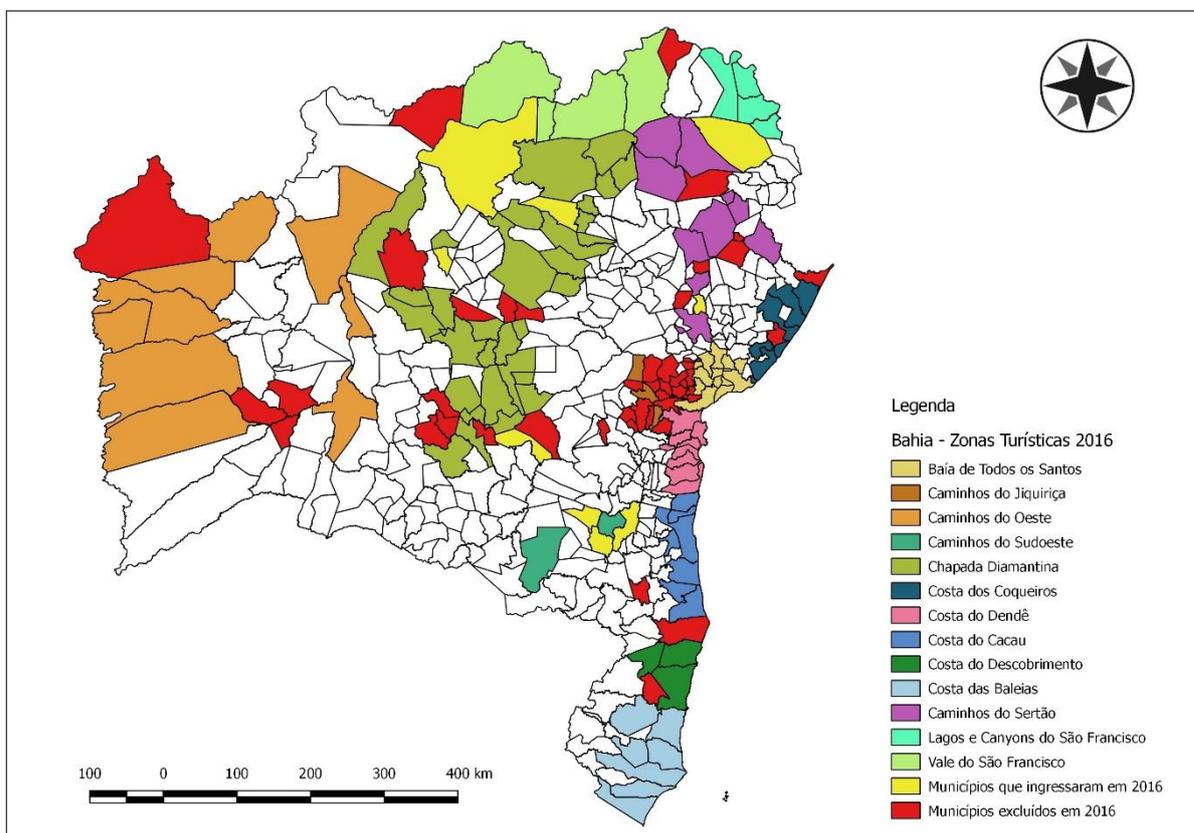
Conforme ressaltado anteriormente, em 2013, não houve alteração na composição dos municípios turísticos da Bahia, sendo assim, a configuração do mapa foi igual ao de 2009.

No intervalo entre os mapas de 2013 e 2016, foi consolidada a Lei Estadual de Turismo, em 2014, que estabelece a execução da Política Estadual de Turismo na Bahia, com o objetivo de implementar mecanismos destinados ao planejamento, desenvolvimento, fiscalização e estímulo ao setor turístico, bem como disciplinar a prestação de serviços turísticos. A referida lei define os seguintes instrumentos da Política de Turismo: planejamento estratégico, Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), Planos de Fortalecimento Municipal de Gestão do Turismo (PMGT's), incentivos tributários, fiscais e financeiros e o Observatório do Turismo da Bahia (portal oficial de divulgação de pesquisas) (BAHIA, 2014).

Para a construção do Mapa do Turismo Brasileiro 2016 criou-se critérios para se manter e integrar as Regiões Turísticas (BRASIL, 2015): i. possuir órgão responsável pela pasta de turismo (Secretaria, Fundação, Coordenação, Departamento, Diretoria, Setor de Gerência); ii. comprovar a existência de dotação para o turismo na lei orçamentária anual vigente; iii. apresentar Termo de Compromisso aderindo de forma espontânea e formal ao Programa de Regionalização do Turismo e à Região Turística.

E assim, o que chama a atenção na reconfiguração do território neste período são as exclusões de municípios considerados turísticos (em vermelho na Figura 6), que totalizaram 46 municípios, que ocorreram principalmente no interior do estado (aproximadamente 81%).

Figura 6- Municípios turísticos da Bahia, em 2016

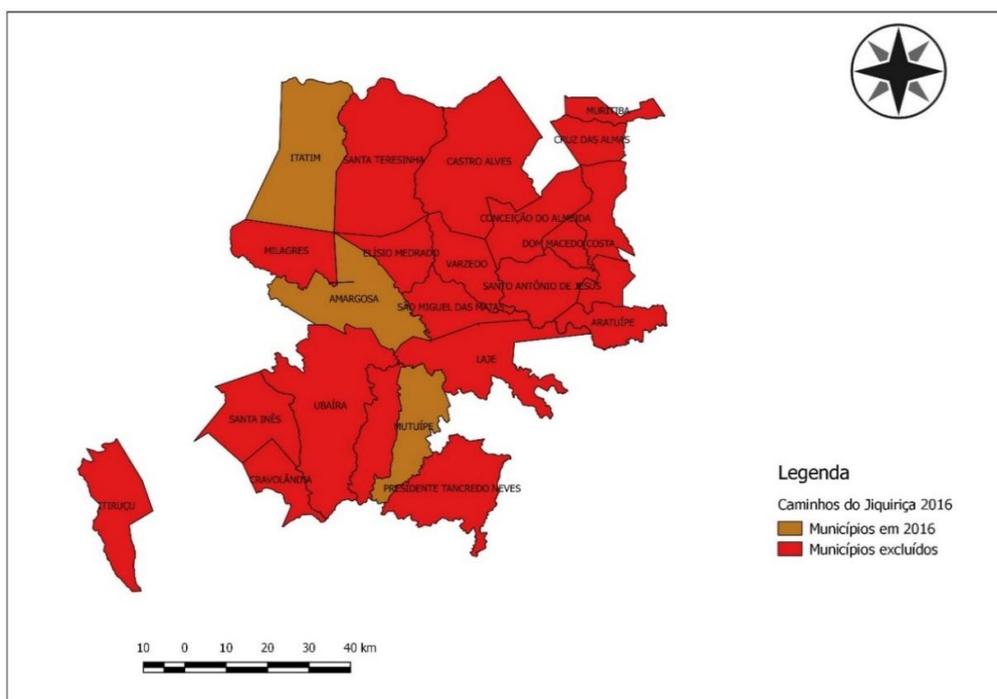


Fonte: Elaborado com base em Brasil (2016)

As zonas turísticas que mais sofreram com as exclusões foram: Caminhos do Jiquiriçá (36,96%) – Figura 7 e Chapada Diamantina (19,56%) – Figura 8. De outro lado, na zona

Caminhos do Sudoeste, a modificação territorial ocorreu devido às inclusões (em amarelo na Figura 6).

Figura 7. Modificação territorial da zona turística Caminhos do Jiquiriça, Bahia, em 2016

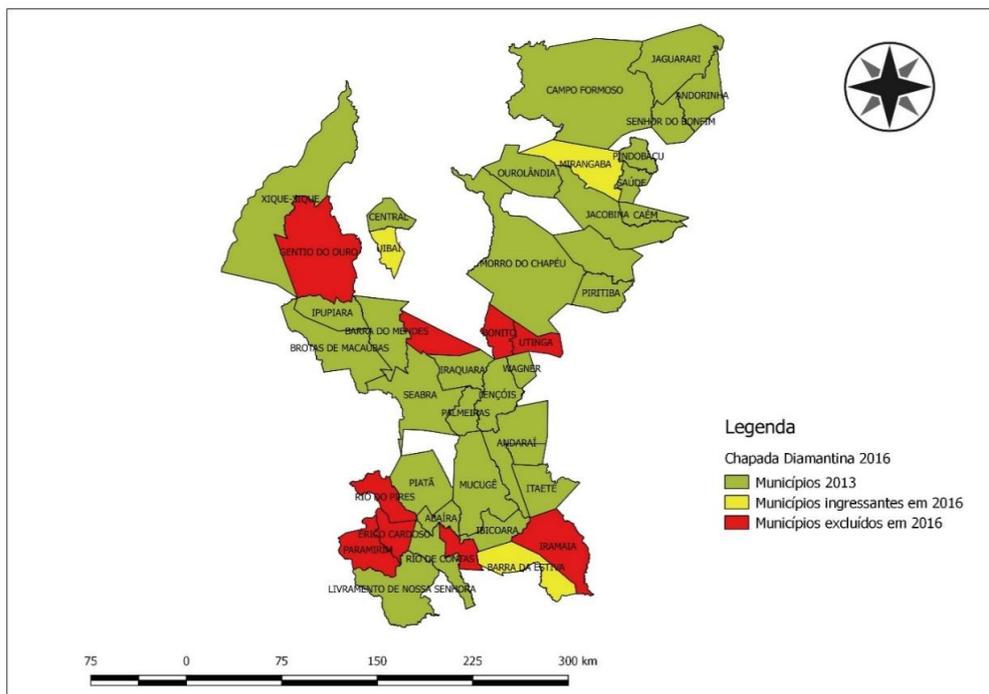


Fonte: Elaborado com base em Brasil (2016).

Observando por período que ingressaram, percebe-se que, dos excluídos 36,06% estavam desde 2004, 50% desde 2006 e 13,04% desde 2009; levando a supor duas possibilidades de análise: os municípios não dispunha dos aspectos institucionais mínimos para gestão da atividade turística, ou, os gestores não conseguiram cumprir os novos prazos estabelecidos; o que demonstra uma necessidade de maior envolvimento do atores sociais e do aparato político-institucional para o turismo nos municípios.

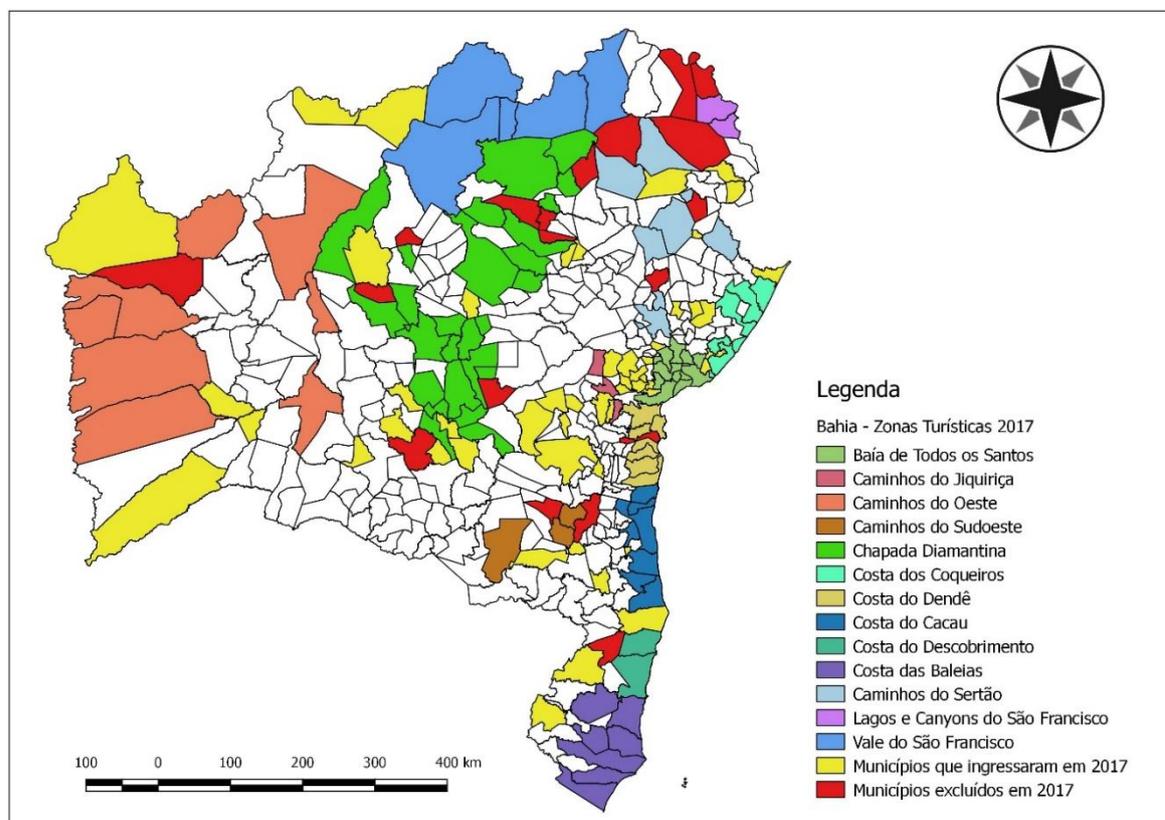
Em 2017, o que chama a atenção na construção do mapa é a quantidade de municípios que reingressaram. Neste sentido, os números mostraram que 52 municípios foram incluídos no mapa (sendo que 51,92% reingressaram e 48,08% foram novos municípios) e 19 municípios foram excluídos (Figura 9). Do total de alterações, a zona que mais sofreu com inclusão foi Caminhos do Jiquiriça (Figura 10) e com exclusão foi a Chapada Diamantina (Figura 11).

Figura 8 - Modificação territorial da zona turística Chapada Diamantina, Bahia, em 2016



Fonte: Elaborado com base em Brasil (2016).

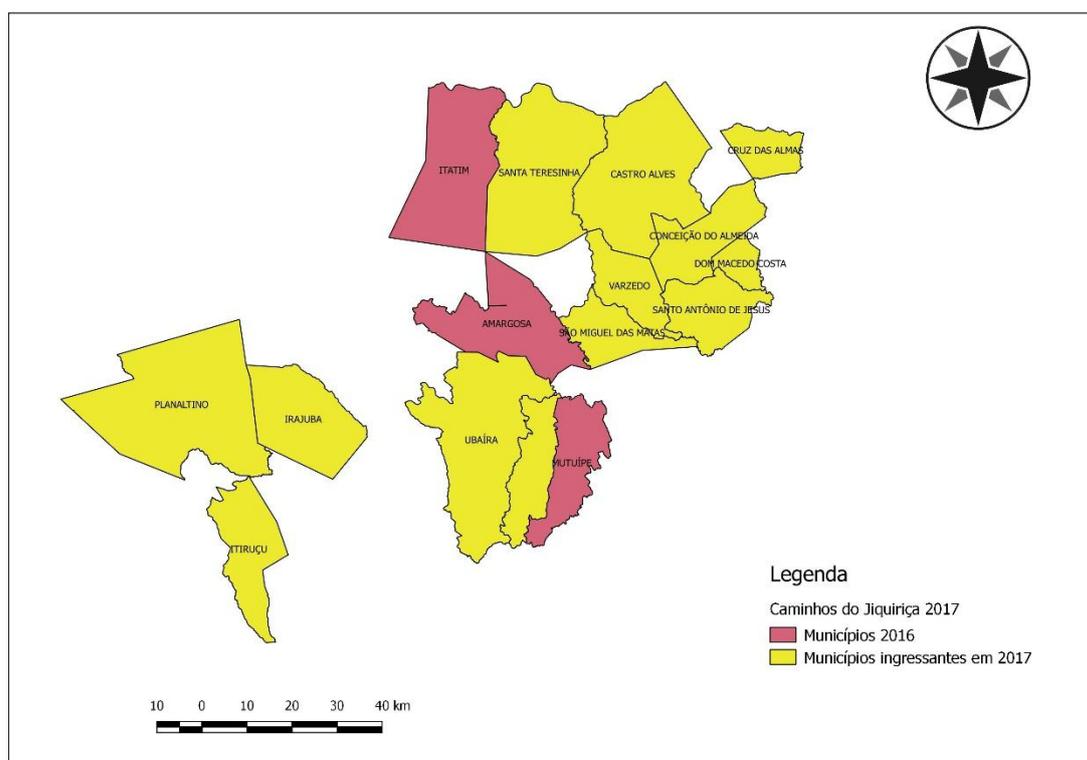
Figura 9 - Municípios turísticos da Bahia, em 2017



Fonte: Elaborado com base em Brasil (2017).

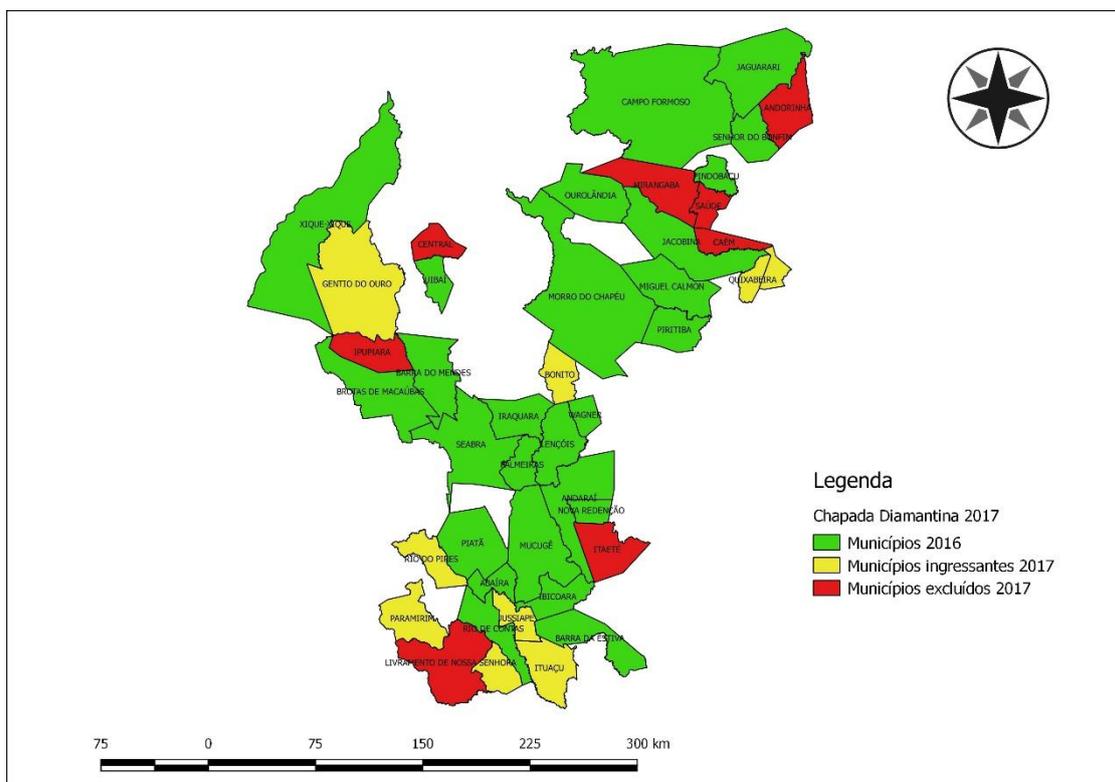
Dos municípios novos, 11,54% foram na zona Caminhos do Sertão, 7,69% na Chapada Diamantina e 7,69% no Caminhos do Sudoeste. Dos municípios que reingressaram, excluídos em 2016, muitos estavam classificados como turísticos desde 2004 (19,23%) ou desde 2006 (26,92%). Dos município excluídos, 36,84% estavam desde 2004, 26,32% estavam desde 2006, 15,79% estavam desde 2009 e 21,05% tinham acabado de ingressar em 2016. Ou seja, nem sempre o critério de antiguidade foi levado em conta.

Figura 10 - Modificação territorial da zona turística Caminhos do Jiquiriça, Bahia, em 2017



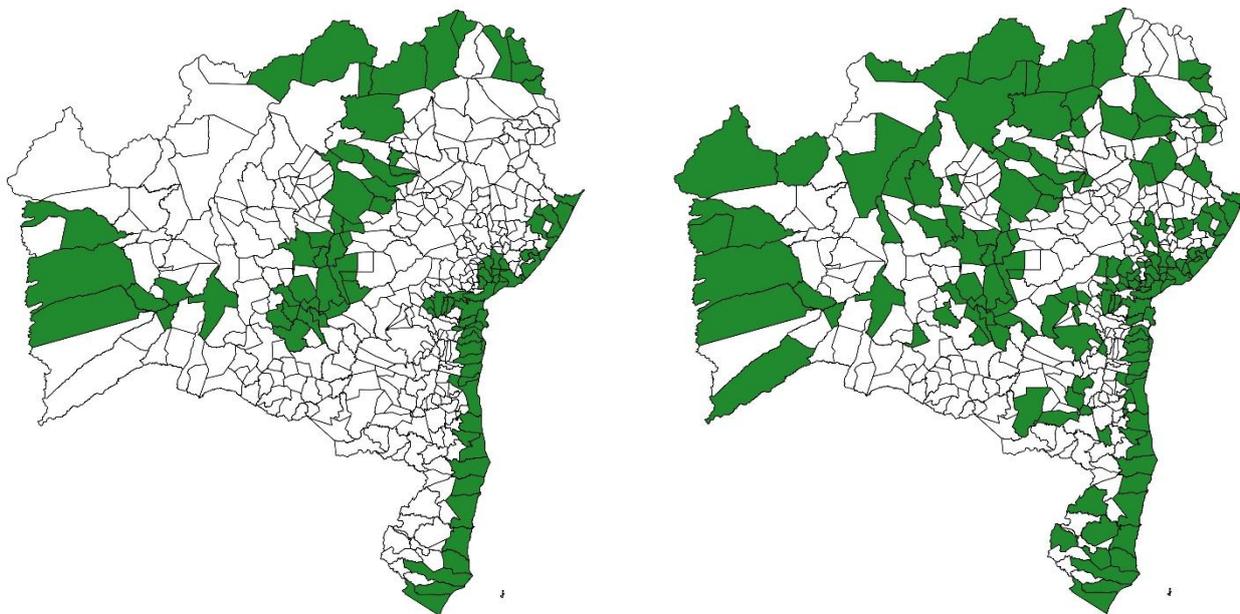
Fonte: Elaborado com base em Brasil (2017).

Figura 11- Modificação territorial da zona turística Chapada Diamantina, Bahia, em 2017



Fonte: Elaborado com base em Brasil (2017).

Figura 12 - Municípios turísticos da Bahia, em 2004 (a) e em 2017 (b)



Fonte: Elaborado com base em Brasil (2004b) e Brasil (2017)

Cabe ressaltar que, mesmo ocorrendo a redução dos municípios, a partir de 2016, observa-se que de 2004 para 2017 (Figura 12) ocorreram alterações dos municípios considerados turísticos, aumentando em 61,29% o número de municípios turísticos no decorrer do período. Este aumento caracteriza uma interiorização da atividade no estado.

Quanto à inclusão ou exclusão de municípios turísticos, cabe citar Santos sobre as ressignificações e valores para os lugares. O autor coloca que,

quando uma atividade nova se cria em um lugar, ou quando uma atividade já existente aí se estabelece, o 'valor' desse lugar muda; e assim o 'valor' de todos os lugares também muda, pois o lugar atingido fica em condições de exercer uma função que outros não dispõem e, através desse fato, ganha uma exclusividade que é sinônimo de dominação; ou, modificando a sua própria maneira de exercer uma atividade preexistente, cria, no conjunto das localidades que também a exercem, um desequilíbrio quantitativo e qualitativo que leva a uma nova hierarquia ou, em todo caso, a uma nova significação para cada um e para todos os lugares. [...] (SANTOS, 2014, p. 66).

O autor acrescenta que, “quando a sociedade redistribui suas funções, ela altera, paralelamente, o conteúdo de todos os lugares. São as funções, que pertencem à sociedade como um todo e mediante as quais se exercitam os processos sociais, que asseguram a relação entre todos os lugares e a totalidade social” (SANTOS, 2014, p. 68).

Observa-se assim que, não basta incluir, reincluir ou excluir municípios, mas faz-se necessário munir a região de fatores locacionais sistêmicos que possam produzir efeitos multiplicadores para se reforçar e se propagar continuamente, atraindo assim novos fatores e novas atividades econômicas (AMARAL FILHO, 2001).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O marco para se pensar regionalização no Brasil foi o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), na década de 1990, mas não obteve tanto êxito na operacionalização. Foi a partir do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), dos anos 2000, em um contexto e com um aparato institucional diferentes do PNMT, que o processo de regionalização avançou com a construção dos Mapas de Turismo Brasileiro, contando com a criação de instituições importantes para dar suporte às ações e diretrizes do programa. Sendo assim, municípios pequenos e municípios que dão suporte à atividade turística passaram a

compor as zonas turísticas. Mas, não se observa ao longo do tempo, uma regularidade bem definida na caracterização do mapa.

Neste sentido, observa-se que, o foco em 2006 foi na inclusão de municípios; em 2009, ocorreram, também, mais inclusões, porém sem a preocupação com a continuidade do território na formação das zonas turísticas; em 2016, com os novos critérios para a construção do mapa, muitos municípios foram excluídos e; em 2017, o reingresso dos municípios chama a atenção.

De todas as alterações na formação das zonas turísticas na Bahia, percebe-se que: i. o litoral, com mais tempo atuando na atividade turística, constituído, formalmente, na década de 1990, sofreu poucas alterações territoriais; ii. com o PRT, ampliou-se as zonas turísticas no interior do estado, que antes se concentrava na Chapada Diamantina; iii. duas zonas turísticas sofrem grandes mudanças territoriais com as alterações no Mapa de Turismo Brasileiro: Caminhos do Jiquiriça e Chapada Diamantina; iv. foram ocorrendo esvaziamentos de algumas zonas turísticas, resultando num total de dois a três municípios (sugere-se, neste caso, o agrupamento com outras zonas).

Considera-se que, mesmo tendo o número de municípios crescente, o estado da Bahia tem potencial para o desenvolvimento do turismo em diversos municípios, mas necessita de acompanhamento dos municípios com critérios mais técnicos (voltados aos atrativos turísticos), pois não basta classificar o município como turístico, faz-se necessário investimentos e aprimoramento da atividade. Não perdendo de vista a seguinte indagação: em que aspectos o município ingressante auxiliará no desenvolvimento turístico daquela região? Enfim, considera-se que o fortalecimento do aparato político-institucional é de vital importância para o desenvolvimento da atividade turística nos municípios baianos.

REFERÊNCIAS

- AMARAL FILHO, J. do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e Políticas Públicas**. n. 23, jun. 2001, p. 261-286.
- BAHIA. Lei nº 10.549 de 28 de dezembro de 2006. Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. **Diário Oficial**. Salvador – Bahia. 2006.
- BAHIA. Secretaria do Turismo. **Estratégia Turística da Bahia: o terceiro salto 2007/2016**. Salvador: Secretaria do Turismo, 2011.

BAHIA. Lei nº 12.933 de 09 de janeiro de 2014. Institui a Política Estadual de Turismo, o Sistema Estadual de Turismo, e dá outras providências. **Diário Oficial**. Salvador – Bahia, 10 jan. 2014, ano XCVIII, n. 21.328.

BALBIM, R.; CONTEL, F. B. Região e Regionalização: subsídios teóricos para o ordenamento territorial e o desenvolvimento brasileiro. In: BOUERI, R.; COSTA, M. S. (Ed.). **Brasil em Desenvolvimento 2013: estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, v. 1, 2013, p. 25-47.

BENI, M. C. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006 (Série Turismo)

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro 2004**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. 2004 Acesso: mai. 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro 2006**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. 2006. Acesso: mai. 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Introdução à regionalização do turismo**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro 2009**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. 2009. Acesso: mai. 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria nº 313, de 03 de dezembro de 2013. Dispõe sobre o Mapa do Turismo Brasileiro e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 03 dez. 2013a.

BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria nº 105, de 16 de maio de 2013. Institui o Programa de Regionalização do Turismo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 16 mai. 2013b.

BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria nº 205, de 09 de dezembro de 2015. Estabelece critérios para a atualização do Mapa do Turismo Brasileiro, instituído pela Portaria Mtur nº 313, de 03 de dezembro de 2013, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 09 dez. 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. Portaria nº 172, de 11 de julho de 2016. Dispõe sobre o Mapa do Turismo Brasileiro 2016 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 11 jul. 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro 2017**. Disponível em: <<http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html>>. 2017. Acesso em: dez. 2017

CRUZ, G. da; SOARES, A. E. F. Introdução. In: CRUZ, G. da (Org.). **Turismo: desafios e especificações para um turismo sustentável**. Ilhéus-BA: Editus, 2011. p. 19-29.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo:** política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

GAUDENZI, P. Evolução da economia do turismo na Bahia. In: CORECON. **Reflexões de Economistas Baianos**. Salvador: CORECON, 2001, p. 78-110.

GOELDNER, C. R.; RITCHIE, J. R. B. **Tourism:** principles, practices, philosophies. 11 ed. New Jersey: John Wiley & Sond. Inc., 2009, 657 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. 2010. Acesso em: mar. 2017

MACHADO, A. L.; TOMAZZONI, E. L. A Regionalização Turística do Rio Grande do Sul e sua contribuição como referência para a gestão regionalizada do turismo no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. n. 5, v. 2, 2011, p. 226-247.

MATTEO, M.; VASCONCELOS, R.; MATTEO, K. de; FREIRE, N. O Brasil em perspectiva territorial: regionalizações como uma estratégia do desenvolvimento emergente. In: BOUERI, R.; COSTA, M. S. (Ed.). **Brasil em Desenvolvimento 2013:** estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, v. 1, 2013, p. 49-87.

MENDONÇA JÚNIOR, É. P. Estratégia de Desenvolvimento Turístico na Bahia. **Cadernos de Análise Regional** – Desempenho atual e potencial turístico na Bahia. 4 (7), out. 2001. Salvador: Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (UNIFACS), 2001.

SANTOS, J. C. V. **Região e destinos turísticos:** sujeitos sensibilizados na geografia dos lugares. São Paulo: All Prent Editora, 2013. 215 p.

SANTOS, M. **Da Totalidade ao Lugar**. 1. ed., 3. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. (coleção Milton Santos, 7).

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed., 9. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017 (coleção Milton Santos, 1).

SASAKI, K. **Turismo e Sustentabilidade:** a experiência do artesanato de palha de Porto do Sauípe – BA. Salvador: Sathyarte, 2006.

SILVA, J. A. S. **Turismo, crescimento e desenvolvimento:** uma análise urbano-regional baseada em clusters. 2004. 480 f. Programa de Doutorado em Ciências da Comunicação (USP), 2004.

SILVA, S. P. Considerações analíticas e operacionais sobre a abordagem territorial em Políticas Públicas. In: BOUERI, R.; COSTA, M. S. (Ed.). **Brasil em Desenvolvimento 2013:** estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, v. 1, 2013, p. 89-116.

SIMÕES, M. L. N. Identidade cultural e turismo: a literatura como agenciadora de trânsitos. CAMARGO, P. de; CRUZ, G. (Orgs.). **Turismo Cultural: estratégias, sustentabilidade e tendências**. Ilhéus-Bahia: Editus, 2009, p. 49-67.

SOUSA, P. M. **Turismo, território e políticas públicas: uma análise do destino João Pessoa/PB**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Turismo). Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGTUR/UFRN), 2011.

VIRGÍNIO, D. F.; FERREIRA, L. V. F. Gestão pública do turismo: uma análise da política de regionalização no período 2004-2011 no Rio Grande do Norte. **Caderno Virtual de Turismo**, n. 13, v. 2, 2013, p. 162-182.